MONÇÕES
REVISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFGD

UFGD editora

DOI: 10.30612/rmufgd.v10i20.14542

A Participação Do Exército Brasileiro Na Crise Migratória Venezuelana Em Roraima: Uma Visão Da Logística Humanitária

Brazilian Army Participation In The Venezuelan Migratory Crisis In Roraima: A Vision Of Humanitarian Logistics

Participación Del Ejército Brasileño En La Crisis Migratoria Venezolana En Roraima: Una Visión De La Logística Humanitaria

Alexandre Fantini Martins
Universidade de Brasília- UnB
Brasília- DF, Brasil
E-mail: alexfantinimartins1996@gmail.com

Vanessa Cabral Gomes
Universidade de Brasília- UnB
Brasília- DF, Brasil
E-mail: vanessac.unb@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-8054-6414

Resumo O presente trabalho tem como objetivo analisar a participação do Exército Brasileiro frente à crise migratória venezuelana, no que tange a logística humanitária. Foram analisados quatro pontos da missão, que incluem a estrutura do Exército Brasileiro em Roraima, a coordenação civil-militar, as atividades realizadas e as dificuldades encontradas. A pesquisa é de caráter descritiva e qualitativa, junto com um roteiro de entrevista semiestruturado e análise de conteúdo para os dados coletados. Foi possível observar nos resultados que os treinamentos e capacitações influenciaram na montagem de uma estrutura humanitária adequada; a boa articulação entre os agentes envolvidos na ação humanitária e o Exército brasileiro foi e continua sendo fundamental para o sucesso da missão; as variadas atividades realizadas pelo o Exército; e as dificuldades em relação à distância, falta de infraestrutura e ao contexto sociocultural.

Palavras-chave: Crise migratória. Exército Brasileiro. Logística humanitária.

Abstract: The humanitarian logistics is a branch of logistics, since it aims to lend aid to the victims of disasters, whether they are caused by human actions or natural phenomenon. One of those agents who are often in charge to help because of their experience is the military. Said that, the objective of this work is to analyze the Brazilian Army participation in the migratory crisis in Venezuela, with regard to humanitarian logistics. Four point of the mission were analyzed, which include the structure of the army, the civilian military coordination, the activities carried out and the difficulties encountered. The research is descriptive and qualitative, along with a script of semi-structured interviews and analysis of content for data collected. It was possible to observe in the results that the trainings and capacities influenced the assembly of an adequate humanitarian structure; good articulation between the agents involved in humanitarian action and the Army was and remains fundamental to the success of the mission; the varied activities carried out by the Army; difficulties in terms of distance, lack of infrastructure and socio-cultural context.

Keywords: Migratory crisis. Brazilian Army. Humanitarian logistics

Resumen: El presente trabajo tiene como objetivo analizar la participación del Ejército Brasileño frente a la crisis migratoria venezolana, en términos de logística humanitaria. Se analizaron cuatro puntos de la misión, que incluyen la estructura del Ejército Brasileño en Roraima, la coordinación cívico-militar, las actividades realizadas y las dificultades encontradas. La investigación es descriptiva y cualitativa, junto con un guión de entrevista semiestructurado y análisis de contenido para los datos recolectados. Se pudo observar en los resultados que la formación y las calificaciones influyeron en el montaje de una estructura humanitaria adecuada; la buena articulación entre los agentes involucrados en la acción humanitaria y el Ejército brasileño fue y sigue siendo fundamental para el éxito de la misión; las variadas actividades que realiza el Ejército; y las dificultades relacionadas con la distancia, la falta de infraestructura y el contexto sociocultural.

Palabras clave: Crisis migratoria. Ejército brasileño. Logística humanitaria.

Recebido em
13/04/2021

Aceito em
01/07/2021

1. INTRODUÇÃO

A ideia de gerenciar os principais fluxos e agentes da cadeia de suprimentos não é utilizada apenas na logística empresarial. A logística humanitária possui objetivos diferentes da logística propriamente dita e surgiu como forma de minimizar os danos causados às pessoas afetadas por algum desastre. Tofighi, Torabi e Mansouri (2016) mencionam que a cadeia de suprimentos humanitária foca no rápido fornecimento de auxílio com o intuito de minimizar perdas humanas por meio da alocação eficiente e efetiva de recursos. Van Wassenhove (2006) diz ainda que apesar da diferença de contexto entre as cadeias de suprimentos, a logística está no centro de qualquer operação.

Nesse sentido, a logística humanitária é empregada em diversas situações caóticas e sensíveis. Segundo a International Federation of the Red Cross (IFRC) (2018), apesar das causas dos desastres serem relacionadas à natureza na maioria dos casos, os desastres podem ter origens humanas. Devido à complexidade da situação, geralmente o gerenciamento da cadeia de suprimentos humanitária é realizada em condições de incerteza, dependendo da região e da gravidade do problema. Um ponto a ser observado é que frequentemente as Forças Armadas são empregadas em operações humanitárias, principalmente pela sua rápida resposta a falta de suprimentos e sua capacidade de transporte, comunicação e instalações de abrigos (WEISS, 2007).

Ao longo dos últimos anos foi possível notar como as crises migratórias vêm recebendo mais atenção por parte da sociedade e determinados governos. Um exemplo desse problema é a migração que vem ocorrendo da população Síria para diversos países da Europa. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) (2017), a Síria representa os maiores números de deslocamento no mundo, chegando ao número de 12 milhões de pessoas.

A América do Sul, desde 2016, passa por um problema semelhante. Devido à preocupante situação econômica existente na Venezuela, inúmeras pessoas estão saindo de

seu país em busca de melhores oportunidades para suas famílias. Segundo a ACNUR (2017), 27.000 venezuelanos solicitaram refúgio em 2016, sendo o Brasil o segundo principal destino. Já em 2017, segundo o Ministério da Justiça (BRASIL, 2018), o Brasil registrou o maior número de solicitações de refúgio, sendo 17.865 de venezuelanos. Com a crise político-econômica que vive a Venezuela, milhares de pessoas saem em busca de melhores condições e o principal destino acaba sendo o território brasileiro, devido à localização geográfica, oportunidades de emprego e a melhor infraestrutura brasileira.

O gerenciamento da cadeia de suprimentos em ações humanitárias demanda grande participação dos agentes envolvidos e sua parceria efetiva é essencial para aliviar os danos durante os desastres (APTE, 2010). Um desses agentes, como foi anteriormente dito, são os militares e sua capacidade única para as situações destacadas (WEEKS, 2007).

Assim como em Kosovo, Timor-Leste e, mais recentemente, Haiti, onde o Exército Brasileiro (EB) prestou assistência durante a missão humanitária, o mesmo está sendo empregado para auxiliar as operações no estado de Roraima, principal porta de entrada dos venezuelanos. Dessa forma, surge o questionamento: qual a participação do EB, no que se refere a logística humanitária, frente a crise migratória venezuelana em Roraima?

Para facilitar o entendimento o presente artigo foi dividido em revisão de literatura, metodologia, resultado e discussão e conclusão.

2.REVISÃO DE LITERATURA

Nesse tópico serão abordados os conceitos de logística humanitária e a diferença com relação à logística empresarial, além do emprego das forças armadas em operações humanitárias.

2.1 Logística Humanitária

O levantamento realizado em 2017 pelo ACNUR revelou que mais de dois milhões de pessoas deixaram seus países de origem durante o ano de 2017 e estima que 65,6 milhões são refugiadas, solicitantes de refúgios ou deslocadas internamente (ONU, 2018). A Organização das Nações Unidas (ONU) também mostrou que em 2012, 226 milhões de pessoas tiveram suas vidas afetadas por causa de algum desastre natural, como furacões, tsunamis, terremotos, inundações e secas (ACNUR, 2018).

É nessa perspectiva que a logística humanitária surge, segundo a IFRC (2018ª, n. p.), "a logística humanitária compreende a aquisição e entrega de suprimentos e serviços necessários, tais como alimentos, água, abrigos temporários, remédios, nos locais e tempo certos". Ainda de acordo com aquela Federação, um desastre é um evento que desestabiliza uma sociedade ou comunidade, podendo ser provocado por causas naturais (terremotos, deslizamentos, tsunamis, atividades vulcânicas, inundações, avalanches, ciclones, epidemias, pragas) ou por razões humanas (conflitos, fome, deslocamentos forçados de pessoas, acidentes industriais e acidentes de transportes).

A logística humanitária é essencial para uma resposta adequada e rápida dos programas humanitários, além de diversas vezes ser a parte mais dispendiosa durante a assistência (THOMAS, 2003). Para Van Wassenhove (2006), grande parte das atividades realizadas durante o auxílio às pessoas afetadas por desastres estão relacionadas à logística, e seu sucesso está associado a uma GCS eficiente e eficaz.

Entretanto, as operações enfrentadas pela logística humanitária são complexas, pois a demanda é incerta, os agentes envolvidos atuam de forma descentralizada e muitos grupos possuem objetivos particulares diferentes (VAN WASSENHOVE; PEDRAZA, 2010). De acordo com Costa, Campos e Bandeira (2012), várias organizações atuam na resolução de um desastre, tais como: governos, organizações não governamentais, agências das nações unidas, militares e empresas do setor privado, as quais podem ser entendidas como membros da cadeia de suprimentos.

As atividades de amparo variam não apenas devido à causa do desastre, mas também em virtude da duração das operações (HEASLIP; BARBER, 2014). Os autores dividem as ações logísticas em etapas, sendo elas: fase de preparo, resposta imediata e, caso seja um desastre natural, a fase de reconstrução. Na fase de preparo estão reunidos os cinco serviços considerados essenciais para a cadeia de suprimentos, que devem estar interligados para uma resposta adequada, tais como: recursos humanos, gestão do conhecimento, gerenciamento de operações e processos, recursos financeiros e a própria comunidade (VAN WASSENHOVE, 2006). A fase de resposta tem como foco preservar vidas, edificações, o meio ambiente e a organização social, política e econômica da região (HADDOW; BULLOCK; COPPOLA, 2004).

2.2 Logística Humanitária x Logística Empresarial

A logística humanitária está atrasada em relação a logística empresarial e busca por mais reconhecimento entre os acadêmicos, problema originado devido à falta de compreensão de sua importância, o que ocasionou na omissão da Logística Humanitária nos processos de planejamento e orçamento durante o auxílio prestado às vítimas (VAN WASSENHOVE, 2006). Diferentemente da logística empresarial, na qual a demanda pode ser prenunciada e ocorre em lugares predispostos (NOGUEIRA; GONÇALVES; NOVAES, 2007), a logística humanitária tem como objetivo principal a alocação eficiente de recursos indispensáveis nas regiões necessitadas, visto que a sua demanda é incerta em relação ao tempo, lugar, tipo e complexidade (TOFIGHI; TORABI; MANSOURI, 2016).

Ertem, Buyurgan e Rossetti (2010) citam como uma das diferenças as doações recebidas pelas organizações e governos para auxiliar na realização das atividades humanitárias, além de o inventário inicial geralmente não ser suficiente para atender a demanda. Já para Kovács e Spens (2009), a definição de logística humanitária é parecida com a da logística empresarial, exceto pelo foco dado ao usuário final.

Para Ertem, Rossetti e Buyurgan (2010), não é possível determinar na maioria das vezes onde a demanda irá ocorrer na logística humanitária e sua dimensão só é mensurada

após os acontecimentos. O lead time é praticamente zero, pois as vítimas de um desastre necessitam com urgência dos suplementos. Como a demanda é incerta e de difícil medição, o controle de estoques acaba se tornando uma tarefa desafiadora para a logística humanitária. Além disso, os desastres geralmente danificam a infraestrutura da região e também podem ocorrer em lugares de difícil acesso, fazendo com que as informações fornecidas sejam pouco confiáveis ou incompletas. Os mesmos autores mencionam ainda que diferentemente da busca pela redução de custos, a logística humanitária tem como objetivo minimizar o número de vítimas e proporcionar ajuda, focando nas pessoas e nos suprimentos. O Quadro 1, a seguir, evidencia de forma mais clara as diferenças citadas pelos autores.

Quadro 1: Diferenças entre logística empresarial e humanitária

	Empresarial	**Humanitária**
Demanda	Relativamente estável, ocorre para locais pré-determinados e, em quantidades pré-fixadas.	É gerada por eventos aleatórios, na maior parte imprevisíveis em termos de tempo, localização, tipo e tamanho. É estimada após a ocorrência da necessidade.
Lead Time	Determinado nas necessidades Fornecedor até consumidor final.	*Lead time* requerido é praticamente zero (zero entre a ocorrência da demanda e a necessidade da mesma).
Centrais ou Distribuição de Assistência	Bem definidas em termos do número e localização.	Desafiadoras pela natureza desconhecida (localização, tipo e tamanho); Considerações de "última Milha".
Controle de Estoques	Utilização de métodos bem definidos, baseados no *lead time*, demanda e níveis de serviço.	Desafiador pela grande variação da demanda e a localização da mesma.

Sistemas de Informação	Geralmente bem definidos, uso de alta tecnologia.	As informações são pouco confiáveis, incompletas ou inexistem.
Objetivos	Maior qualidade, ao menor custo, de maneira a maximizar a satisfação do cliente.	Minimizar perdas de vidas e aliviar o sofrimento.
Foco	Produtos e serviços.	Pessoas e suprimentos.

Fonte: Adaptado de Ertem, Rossetti e Buyurgan (2010).

A cadeia de suprimentos humanitária também necessita ser flexível para que possa reagir de maneira ágil e eficaz às eventualidades perante orçamentos restritos (COSTA et al., 2015). Para Chandes e Paché (2010), as ações humanitárias não tem o intuito de oferecer um serviço logístico de qualidade pelo menor preço, como é o caso da logística empresarial, mas sim reunir recursos e equipes o mais rápido possível e coordená-los de forma eficiente.

2.3 Emprego das Forças Armadas

Um fato comum em diversas operações humanitárias ao redor do mundo é o emprego dos militares em razão de suas particularidades, como rápida mobilidade e poder de resposta (WEEKS, 2007). De acordo com Costa et al. (2015, p. 10), as forças armadas são detentoras de recursos essenciais, como "estoques de combustível e medicamentos, equipamentos de transporte, comunicação e engenharia, além de capacidades relacionadas à construção".

De acordo com Heaslip e Barber (2014), dependendo do desastre e de sua previsão, o envolvimento dos militares pode ter grande importância na logística humanitária. Porém, a articulação entre as forças armadas e outros atores envolvidos em ações humanitárias é muitas vezes irregular e incerta (HEASLIP; MANGAN; LALWANI, 2007). Organizações Não Governamentais e militares geralmente entram em desacordo, pois existe pouca compreensão entre suas instituições e procedimentos operacionais, além das entidades humanitárias criticarem a organização hierárquica militar (HEASLIP; SHARIF; ALTHONAYAN, 2012).

Para Arancibia (2016), esse problema surge devido ao fato de cada instituição possuir seu conjunto de prioridades, meios de comunicação e tecnologias da informação. Conforme relato de Kovács e Tatham (2010), os militares valorizam a hierarquia e seguem os princípios do igualitarismo, diferente das ONGs, que adotam o individualismo premiado, o que acaba por criar um conflito entre as culturas.

Apesar das diferenças entre os militares e as organizações civis, diversas missões humanitárias tiveram sucesso, e, apesar do grau de cooperação militar depender da situação, eles costumam trabalhar de forma horizontal e cooperativa com outras instituições, compartilhando informações, segurança, infraestrutura, armazenamentos e outros recursos logísticos (BALCICK et al., 2010).

3.METODOLOGIA

A pesquisa realizada neste trabalho tem caráter descritiva, uma vez que, segundo Gil (2008), busca descrever as características de determinada população ou fenômeno com a utilização de procedimentos padronizados de coleta de dados. No estudo optou-se pela utilização da abordagem qualitativa, uma vez que é utilizada para coletar dados por meio da interação social entre o pesquisador e o fenômeno pesquisado, onde a avaliação crítica é realizada a partir da interpretação do próprio pesquisador (APPOLINÁRIO, 2012).

Foi utilizado, com o objetivo de delimitar a pesquisa, o procedimento de estudo de caso, o qual envolveu o Exército Brasileiro. O procedimento utilizado para a coleta de dados foi o de entrevista semiestruturada, dividida em quatro pontos: estrutura do Exército Brasileiro em Roraima, coordenação civil militar, atividades realizadas e dificuldades encontradas. Além disso, também foi feita uma pesquisa documental.

Foram selecionados três militares que tiveram participação direta na missão, trabalhando na parte de operações logística do EB durante suas estadias em Roraima em

2018, conforme o Quadro 2. Cabe destacar que a operação Acolhida teve início em 15 de fevereiro de 2018, com a Medida Provisória (MP) nº 820.

Quadro 2: Informações sobre os entrevistados

Entrevistado	Cargo	Período (2018)	Data de entrada (2018)
A	Chefe da Célula de Logística	Março a julho	19 de março
B	Chefe da Seção de Operações Correntes da Divisão de Operações Logísticas	Março a julho	26 de março
C	Chefe do Estado-Maior da Força Tarefa Logística Humanitária	Agosto a dezembro	02 de agosto

Fonte: Elaboração própria.

Para o processo de análise de dados foi escolhido o procedimento de triangulação de dados. Para Gil (2008), a triangulação de dados é um fundamento racional que tem como objetivo empregar diversas fontes de evidências, proporcionando maior validade ao cruzar dados de natureza diferente. Também foi utilizado o método de análise de conteúdo de Bardin (2006). Por fim, compete ressaltar que a discussão dos resultados levou em consideração a missão do EB no Haiti, uma vez que esta finalizou-se no ano anterior à Operação Acolhida (2017).

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

A missão realizada pelo Exército Brasileiro em Roraima foi nomeada de Operação Acolhida e tem como propósito, segundo o entrevistado A cooperar com o governo federal, estadual e municipal com as medidas de assistência emergencial para acolhimento de

imigrantes provenientes da Venezuela, em situação de vulnerabilidade, decorrente de fluxo migratório provocado pela crise humanitária. Para melhor entendimento dos resultados, esse capítulo foi dividido em quatro categorias, as quais são as mesmas apresentadas na metodologia.

4.1 Estrutura do Exército Brasileiro em Roraima

O planejamento da estrutura teve como base exercícios e treinamentos em ações humanitárias realizados pelo EB durante os últimos três anos. Segundo os entrevistados, o EB participou de um treinamento humanitário como assistente a convite da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 2015 e em 2017 realizou um exercício humanitário chamado AmazonLog, ocorrido em Tabatinga, na região da Amazônia. Essa operação tinha como objetivo simular as dificuldades de montar uma estrutura de ação humanitária e a troca de conhecimentos entre as forças armadas de outros países. Foram utilizados na montagem da estrutura em Roraima os mesmos pregões e licitações da AmazonLog, além da análise dos pontos fortes e oportunidades de melhorias da operação de 2017.

Cerca de 30 militares participam diretamente do planejamento logístico da Operação Acolhida. Este, por sua vez, é conduzido em níveis, passando pelo interministerial, estratégico e tático. O Ministério da Defesa (MD) está encarregado pelo planejamento no nível interministerial, o Comando Logístico (COLOG) pelo estratégico e o tático é projetado pelas próprias unidades que estão executando as ações em Roraima.

Atualmente 526 militares estão presentes na região de Roraima trabalhando diretamente com a Operação Acolhida, onde cada um tem a sua própria função conforme o quadro de cargos da Força Tarefa. O entrevistado A relatou que não existe uma forma específica de selecionar os militares que atuam na Operação Acolhida, entretanto, muitos que estão presentes participaram da missão humanitária realizada pelo EB no Haiti. Já o entrevistado B contou que a “seleção é feita pela capacitação dos mesmos em áreas específicas, tais como engenharia, logística, saúde, tecnologia etc.”. Além disso, buscou-se

conciliar a capacitação dos oficiais com a condição de voluntário. O entrevistado C, concordando com o entrevistado B, mencionou que para selecionar os militares voluntários são consideradas “a aptidão e a experiência anterior no exercício de funções inerentes aos cargos previstos no organograma da Força Tarefa”.

Para diversificar a tropa que participa da Operação Acolhida e difundir a experiência em ações humanitárias, a cada três meses os militares da Força Tarefa são substituídos por outros e a seleção é feita pelo Comando Militar de Área, o qual é responsável pela escolha dos militares, conforme foi relatado pelo entrevistado C.

Em relação a sua estrutura, a Força Tarefa possui um estado maior, o qual está dividido por células ou sessões de forma integrada, conforme citaram os entrevistados. Cada célula possui uma função específica, como pessoal, inteligência, operações, logística, saúde, etc. A Operação Acolhida é basicamente logística, por isso existe uma atenção maior para a célula D4 que trata das operações logísticas. O Exército conta com uma unidade situada em Boa Vista, além de dispor de auxílio da Base de Apoio Logístico do Exército (Ba Ap Log Ex), localizada no Rio de Janeiro, que conforme citou o entrevistado B “participa ativamente do transporte de material para o estado de Roraima”. O entrevistado C citou ainda o apoio fornecido pela 1ª Brigada de Infantaria de Selva em regiões de difícil acesso que possui um grupamento especializado em logística de selva, além da preparação dos alimentos realizada pelo 10º Grupo de Artilharia de Campanha.

O treinamento e exercícios realizados anteriormente pelo EB, a experiência assimilada durante a ação humanitária no Haiti e os oficiais capacitados estão entre as chaves para um preparo efetivo durante uma operação humanitária, segundo Van Wassenhove (2006). O próprio autor cita que não é possível ter uma resposta bem-sucedida para um desastre por meio de ações improvisadas e que quanto melhor os agentes envolvidos estiverem preparados, melhor será a resposta.

A estrutura montada em Roraima é de grande dimensão, assim como identificou Cezar (2014) no Haiti. A diferença é que a Operação Acolhida está acontecendo dentro do território brasileiro e não em outro país. O número de imigrantes que chegam por dia ao Brasil é uma situação inédita e preocupa tanto o Exército quanto o governo federal, o que explica os fatos mostrados anteriormente.

4.2 Coordenação Civil Militar

O trabalho realizado pelo EB é de forma conjunta com a Marinha e Aeronáutica, mas principalmente com as agências humanitárias. Esse trabalho interagência busca realizar o principal objetivo das organizações que é prestar auxílio de forma adequada aos imigrantes venezuelanos. São diversas agências trabalhando em Roraima que variam entre Organizações Não Governamentais (ONGs), entidades religiosas, órgãos públicos e órgãos internacionais de assistência humanitária, conforme evidenciado no Quadro 3, a seguir.

Quadro 3: Agências participantes da Operação Acolhida

Segmento	Órgãos
Órgãos Federais	Receita Federal do Brasil (RFB), Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN-SUS), Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (VIGIAGRO), Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e Defensoria Pública da União (DPU).
Órgãos Estaduais	Governo de Roraima, Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (CAER), Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRÁS), Secretaria Estadual do Trabalho e Bem-Estar Social (SETRABES), Corpo de Bombeiros Militar de Roraima (CBMRR), Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde (CGVS).
Órgãos Municipais	Prefeitura Municipal de Boa Vista, Secretaria Municipal de Obras (SMO), Secretaria Municipal de Gestão Social (SEMGES), Guarda Municipal de Boa Vista, Conselho Tutelar.
Segurança Pública	Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), Polícia Militar de Roraima (PMRR), Polícia Civil de Roraima (PCRR).

Organismos Internacionais	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), *United States Agency for International Development/Office of U.S. Foreign Disaster Assistance* (USAID/OFDA), Organização Internacional de Migração (OIM), *United Nations Population Fund* (UNFPA), Associação Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI).
Organizações Não Governamentais (ONGs)	Fraternidade – Federação Humanitária Internacional, Fundação Pan-Americana para o Desenvolvimento, Fraternidade sem Fronteiras, Telecom sem Fronteiras (TSF), Pirilampos, Associação de Bem com a Vida (ABV), Cia Cultural Bola de Meia, Ação do Coração, Instituto Gente Amazônica (IGAM).
Entidades	Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR), Igreja Metodista, Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos dias, Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), *Rotary International*, Associação Brasil Central – Igreja Adventista do Sétimo Dia, Cáritas Brasileira, Exército de Salvação, Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), Centro de Migração dos Direitos Humanos (CMDH), Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR), Pastoral Universitária, Pastoral Criança, Pastoral do Imigrante, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC), Jovens Com Uma Missão (JOCUM), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

Fonte: Elaboração própria.

O Quadro 3 apontou a quantidade de agências trabalhando em conjunto com o EB, sejam elas públicas ou privadas, nacionais ou internacionais. Tal fato corrobora com Costa, Campos e Bandeira (2012), que identificam os governos, organizações não governamentais, agência das nações unidas, militares e empresas do setor privado como participantes da logística humanitária.

Como visto na literatura, é comum a ocorrência de conflitos entre as forças armadas e as agências, independente da sua natureza. Heaslip, Mangan e Lalwani (2007) relatam a irregularidade e a incerteza presente na articulação entre as forças armadas e outros atores envolvidos em ações humanitárias, e Heaslip, Sharif e Althonayan (2012) explicam que essa

relação complicada acontece devido ao pouco entendimento entre suas instituições e procedimentos operacionais. Porém, os entrevistados A e C relataram que, até o momento, nenhum conflito tinha ocorrido entre os agentes participantes da Operação Acolhida e que "a sinergia foi um dos fatores sucesso da operação". Qualquer agência que queira participar fornecendo algum auxílio aos imigrantes é aceita para contribuir com a missão.

Além disso, o entrevistado C contou que no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), organização militar de natureza conjunta que está sob a administração do Exército, é ministrado um curso de cooperação civil-militar para preparar os militares que serão empregados em missões de paz.

A coordenação das atividades é feita sempre por meio de constantes reuniões chefiadas pela ONU durante a semana com todas as organizações, incluindo o EB, com o objetivo de oferecer sugestões, direcionar as tarefas e manter o contato sobre a situação dos imigrantes venezuelanos. O resultado das reuniões é positivo e contribui para cada agente saber o que deve ser feito.

Um exemplo citado pelo o entrevistador A em relação a essa cooperação entre os agentes é a construção dos abrigos pelo EB, os quais depois de montados são passados para a gestão da ONU. Outros exemplos foram a construção da base de apoio para acomodar os funcionários de cada agência, instalação de sistemas de informações junto com uma ONG internacional e a montagem e transporte de containers escolas em conjunto com o Ministério da Educação (MEC). O trabalho de forma horizontal e cooperativo, além do compartilhamento de informações, segurança, infraestrutura, armazenamento e outros recursos logísticos, apesar das diferenças entre os militares e as organizações civis, é recorrente em operações humanitárias de sucesso (BALCICK et al., 2010).

O órgão brasileiro que comanda a missão é a Casa Civil, chefiada pelo então ministro Eliseu Padilha. O MD, do qual o EB faz parte, integra o Comitê Federal de Emergência junto com outros 12 Ministérios. A relação do EB com a Casa Civil é a melhor possível, conforme

relatado pelos entrevistados. Atualmente, está em andamento um trabalho realizado pela Casa Civil e pelo EB com o intuito de sensibilizar os outros estados brasileiros para aumentar o ritmo da interiorização dos imigrantes, ou seja, transferir os imigrantes para outros estados a fim de desafogar os abrigos em Roraima.

4.3 Atividades Realizadas

A duração para o início das atividades na região desde o planejamento foi de um mês e segundo os entrevistados esse tempo foi adequado, visto que a estrutura da AmazonLog foi utilizada para a Operação Acolhida. Quando o entrevistado A chegou na região em março, não existia nenhuma estrutura montada, apenas três abrigos do próprio estado. Atualmente 90% da estrutura está montada, faltando apenas a entrega de três abrigos (RONDOM 2, RONDOM 3 e BV8) que já estão praticamente prontos, segundo o entrevistado A.

Além de cooperar com os governos federal, estadual e municipal, o EB realiza atividades como a construção da base de apoio, montagem da infraestrutura dos abrigos, segurança interna, transporte de suprimentos, preparo de refeições, serviços na área da saúde (imunização, consultas, emergências), recepção, identificação, triagem e interiorização dos imigrantes em situação de vulnerabilidade. O entrevistado B ainda comentou que o EB não tem a intenção de permanecer para sempre no local, mas sim passar o controle da operação para as agências após um determinado tempo, de modo que os militares retornem às suas missões normais.

Para identificar as suas demandas, o EB faz reconhecimentos no terreno, conversas constantes com imigrantes e agências e experiências vivenciadas em outras operações. O entrevistado C informou também que o EB faz um estudo das condições meteorológicas, de eventuais ameaças e dos meios disponíveis, como o financeiro. Entretanto, como a operação é inédita para o Brasil, muitos produtos demandados pelos imigrantes não eram comuns na cadeia de suprimentos do EB, conforme citou o entrevistado A. Até a realização de novos

pregões e licitações, as demandas eram atendidas por doações de todas as partes do Brasil. Outras demandas surgiram com tempo e com o andamento da montagem da estrutura, como equipe de limpeza, internet, tecnologias, viaturas etc.

Algumas diferenças entre a logística humanitária e a empresarial citada por Ertem, Rossetti e Buyurgan (2010), são o auxílio por meio de doações para a realização das atividades e a falta de alguns produtos no inventário inicial. Esses dois pontos puderam ser observados em Roraima, visto que o EB precisou de doações para atender os imigrantes, pois certos produtos não eram comuns na cadeia de suprimentos da instituição.

Determinadas atividades são realizadas pelo EB principalmente devido à disposição de recursos essenciais (COSTA et al., 2015). De acordo com o autor, as forças armadas possuem capacidades específicas que justificam o seu emprego em operações humanitárias, como a capacidade relacionadas à construção, equipamentos de transportes, medicamentos, logística e engenharia. Outro ponto citado pelo autor é justamente a passagem do comando da missão após determinado tempo para as ONGs e o Estado, como é a pretensão do EB em Roraima.

4.4 Dificuldades Encontradas

Em relação às dificuldades relatadas pelos entrevistados está a falta de experiência em operações reais de ação humanitária de grande porte como a que está acontecendo em Roraima, pois os treinamentos e exercícios realizados são apenas simulações. Outros pontos são a distância entre os grandes centros e o local da operação, o que dificulta o transporte de suprimentos, levando em média 30 dias, e a falta de infraestrutura adequada do estado e de empresas locais para atender a ampla chegada de imigrantes. O entrevistado A vai além e menciona que como as pessoas estão vindo de um país com modelo econômico e possuem uma cultura diferente, foi necessário um processo de sensibilização tanto por parte do EB quanto dos imigrantes.

Na questão de recursos financeiros, a logística humanitária muitas vezes acaba sendo o componente mais dispendioso durante a assistência prestada às vítimas (THOMAS, 2003).

Para a Operação Acolhida, os entrevistados A e C disseram que até agora não houve nenhum problema nessa parte e que foram disponibilizados, inicialmente, R$ 190.000.000,00 (cento e noventa milhões de reais) para a montagem das estruturas, alimentação, compras de suprimentos etc. Como a missão não tem previsão para acabar serão necessários mais recursos financeiros para as atividades, e o governo federal vem trabalhando de forma cooperativa sobre esse assunto, segundo os entrevistados. A previsão é que sejam disponibilizados mais R$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) em 2019 para dar continuidade às atividades realizadas pela Operação Acolhida, conforme relatado pelo entrevistado C.

Sobre a reação dos habitantes locais frente à presença dos venezuelanos, a Operação Acolhida tenta evitar ao máximo qualquer tipo de confronto, apesar de acontecerem alguns conflitos. Diante disso, existe um trabalho de sensibilização da população local sobre a importância e a necessidade da operação, pois caso a fronteira seja fechada e os imigrantes não tenham onde ficar, o entrevistado A cita que "haverá uma crise humanitária sem precedente, porque a tendência é que entre mais gente pela fronteira". Para o entrevistado C, a população local se divide entre os que apoiam o acolhimento dos imigrantes, que são a minoria, e os que não enxergam com bons olhos a presença maciça de imigrantes nas ruas da cidade. Segundo ele, os conflitos são resolvidos por intermédio do emprego de órgãos de segurança pública, sejam eles federais, municipais e/ou estaduais. A preservação da ordem na região corrobora com o pensamento de Haddow, Bullock e Coppola (2004), os quais alegam que uma das fases logísticas tem como objetivo preservar vidas e a organização social, política e econômica do local.

Especificamente sobre a logística, as dificuldades relatadas pelos entrevistados estão na parte de transporte, comunicação e armazenamento. Na parte de transporte, além da questão da distância citada anteriormente, existem problemas em relação aos meios de deslocamento, pois em determinados períodos do ano os rios da região transbordam, forçando a utilização de balsas para a realização das atividades, além da precária condição das estradas.

Em relação à comunicação, existe um problema relacionado a energia, uma vez que a região de Roraima depende da Venezuela para o fornecimento de energia elétrica, o que resultou na compra de geradores. Além disso, o EB, junto com o governo federal e firmas relacionadas a internet, implementaram o sistema 4G, pois com a falta de internet a comunicação entre os agentes era um ponto dificultador.

No tocante ao armazenamento, não havia no início um local adequado para armazenar os suprimentos e doações que os agentes e o EB recebiam, além da falta de um sistema de gestão de material eficiente e a demanda incerta. Tal fato confirma o que foi apresentado por Ertem, Rossetti e Buyurgan (2010). Aqueles autores destacam que o controle de estoques é árduo devido à grande variação da demanda e a localização em lugares complexos. Ao longo da operação foi construída a base de apoio e diversos almoxarifados para o armazenamento dos produtos. Outro ponto foi a inserção da gestão de material pelo EB junto com as outras agências, agilizando o processo de auxílio aos imigrantes.

Outros problemas específicos também foram relatados pelo entrevistado C. O primeiro é o transporte aéreo de imigrantes de Boa Vista para diferentes locais do país que é feito apenas por um Boeing da Força Aérea Brasileira (FAB), o qual também atende outras demandas. A demanda por atendimento médico dos imigrantes é superior ao número de militares da área da saúde no local, sendo necessário solicitar apoio ao Ministério da Saúde e de voluntários, seja de forma individual ou por meio de instituições, como os Médicos Sem Fronteiras (MSF). Por último, as cozinhas dos batalhões encarregados de auxiliar no preparo da alimentação estão trabalhando no limite de suas capacidades, sendo necessária a contratação de empresas civis para proporcionar três refeições diárias nos abrigos.

5. CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou analisar a participação do Exército Brasileiro (EB) frente à crise migratória venezuelana em Roraima, no que se refere a logística humanitária.

Os principais resultados apontam que os treinamentos e exercícios anteriores à Operação acolhida proporcionaram conhecimento para a montagem de uma estrutura humanitária adequada e uma resposta efetiva. A boa relação e a troca de informações constantes do EB com os órgãos públicos e agências humanitárias também foi e está sendo um dos fatores chave para o sucesso da missão. As atividades realizadas pelo EB são condizentes com a literatura, principalmente devido às suas características únicas, como na montagem de abrigos, transporte de suprimentos, comunicação etc. Por fim, as dificuldades ocorrem devido à complexidade de mensurar a demanda, à infraestrutura inadequada na região, à distância do estado de Roraima em relação às metrópoles brasileiras, ao elevado número de imigrantes que chegam ao território brasileiro e às diferenças culturais.

Fica como sugestão para futuras pesquisas investigar a estrutura de outros agentes e como eles agem em operações humanitárias, podendo relacioná-los para verificar se existe alguma correspondência. Também é viável a comparação da aplicação da logística humanitária em Roraima com outros eventos relacionados.

6. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS – ACNUR. **ACNUR intensifica sua resposta diante do aumento das solicitações de refúgio de venezuelanos**: este é um resumo do que foi dito pelo porta-vos do ACNUR Willian Spindler – a quem o texto pode ser atribuído – em uma coletiva de imprensa realizada no Palácio das Nações em Genebra. Genebra, 17 jul. 2017. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/2017/07/17/acnur-intensifica-sua-resposta-diante-do-aumento-das-solicitacoes-de-refugio-de-venezuelanos/>. Acesso em: 22 abr. 2018.

AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS – ACNUR. **Estatísticas**. 201. Disponível em: <http://www.acnur.org/www-portugues/recursos/estatisticas/>. Acesso em: 09 maio 2018.

APTE, A. Humanitarian logistics: a new field of research and action. **Foundations and Trends in Technology**, Information and Operations Management, v. 3, n. 1, p. 1-100, 2010.

APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da ciência**: filosofia e prática da pesquisa. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

ARANCIBIA, R. An international military perspective on information sharing during disasters. **Procedia Engineering**, v, 159, p. 348-352, 2016.

BALCIK, B.; BEAMON, B. M.; KREJCI, C. C.; MURAMATSU K. M.; RAMIREZ M. Coordination in humanitarian relief chains: practices, challenges and opportunities. **International Journal of Production Economics**, v. 126, n. 1, p. 22-34, jul. 2010.

BARDIN. L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006

BRASIL. Ministério da Justiça. **De 10,1 mil refugiados, apenas 5,1 mil continuam no Brasil com o registro ativo**: mais da metade dos refugiados mora em São Paulo e a maioria é de sírios, representando 35% da população. Brasília, 11 abr. 2018b. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/de-10-1-mil-refugiados-apenas-5-1-mil-continuam-no-brasil>. Acesso em: 22 abr. 2018.

CEZAR, P. A. S. **Logística Humanitária. A atuação do Exército Brasileiro no Haiti pós sismo de 2010**. Tese (Graduação em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília. Brasília. 2014

CHANDES, J.; PACHÉ, G. Investigating humanitarian logistics issues: from operations management to strategic action. **Journal of Manufacturing Technology Management**, v. 21, n. 3, p.320-340, mar. 2010.

COSTA, S. R. A.; BANDEIRA, R. A. M.; CAMPOS, V. B. G.; MELLO, L. C. B. B. Cadeia de suprimentos humanitária: uma análise dos processos de atuação em desastres naturais. **Production**, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 876-893, out./dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prod/v25n4/0103-6513-prod-0103-6513147513.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2018.

_____; CAMPOS, V. B. G. BANDEIRA, R. A. M. Supply chains in humanitarian operations: cases and analysis. **Procedia – Social and Behavioral Sciences**, v. 54, p. 598-607, out. 2012.

ERTEM, M. A.; BUYURGAN, N.; ROSSETTI, M. D. Multiple-buyer procurement auctions framework for humanitarian supply chain management. **International Journal of Physical Distribution & Logistics Management**, v. 40, n. 3, p. 202-227, abr. 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/228415061_Multiple-buyer_procurement_auctions_framework_for_humanitarian_supply_chain_management>. Acesso em: 1º abr. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. são paulo: atlas, 2008.

HADDOW, G. D.; BULLOCK J. A.; COPPOLA, D. P. **Introduction to emergency management**. 5. ed. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2004.

HEASLIP, G.; BARBER, E. Using the military in disaster relief: systemising challenges and opportunities. **Journal of Humanitarian Logistics and Supply Chain Management**, v. 4, n. 1, p. 60-81, maio 2014.

_____; MANGAN, J.; LALWANI, C. Integrating military and Non Governmental Organisation – Objectives in the humanitarian supply chain: a proposed framework. **Logistics Research Network**, Hull, United Kingdom, set. 2007.

_____; SHARIF, A. M.; ALTHONAYAN, A. Employing a systems-based perspective to the identification of inter-relationships within humanitarian logistics. **International Journal of Production Economics**, v. 139, n. 9, p. 377-392, out. 2012.

INTERNATIONAL FEDERATION OF RED CROSS AND RED CRESCENT SOCIETIES – IFRC. **What is a disaster?** S. d. Disponível em: <http://www.ifrc.org/en/what-we-do/disaster-management/about-disasters/what-is-a disaster>. Acesso em: 15 maio 2018.

KOVACS, G.; SPENS K. Identifying challenges in humanitarian logistics. **International Journal of Physical Distribution & Logistics Management**, v. 39, n. 6, p. 506-528, jul. 2009.

_____; TATHAM, P. The application of "swift trust" to humanatirian logistics. **International Journal of Production Economics**, v. 126, n. 1, p. 35-45, jul. 2010.

NOGUEIRA, C. W.; GONÇALVES, M. B. NOVAES, A. G. Logística humanitária e Logística empresarial: Relações, conceitos e desafios. In: XXI Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes, Rio de Janeiro, nov. 2007. **Anais**... 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/264879930_LOGISTICA_HUMANITARIA_E_LOGISTICA_EMPRESARIAL_RELACOES_CONCEITOS_E_DESAFIOS>. Acesso em: 1º abr. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Mais de 2 milhões de pessoas deixaram seus países só em 2017, alerta agência da ONU para refugiados**. S. l., 03 out. 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/mais-de-2-milhoes-de-pessoas-deixaram-seus-paises-so-em-2017-onu-refugiados/>. Acesso em: 22 abr. 2018.

THOMAS, A. **Humanitarian logistics**: enabling disaster response. San Francisco: The Fritz Institute. 2003.

TOFIGHI, S.; TORABI, S. A.; MANSOURI, S. A. Humanitarian logistics network design under mixed uncertainty. **European Journal of Operations Research**, v. 250, n. 1, p. 239-250, abr. 2016.

VAN WASSENHOVE, L. N. Humanitarian aid logistics: supply chain management in high gear. **Journal of the Operational Research Society**, v. 57, n. 5, p. 475-489, maio 2006.

_____; PEDRAZA, J. Using OR to adapt supply chain management best practices to humanitarian logistics. **International Transactions in Operational Research**, v. 19, n. 1-2, p. 307-322, nov. 2010.

WEEKS, M. R. Organizing for disaster: lessons from the military. **Business Horizons**, v. 50, n. 6, p. 479-489, nov./dez. 2007.

WEISS, T. G. Learning from military-civilian interactions in peace operations. **Journal International PeaceKeeping**, v. 6, n. 2, p. 112-128, nov. 2007.